

Quem paga?

Mais cedo do que imaginavam os mais pessimistas, caracterizou-se o impasse. Até ontem, pelo menos, mantinham-se irredutíveis os principais conselheiros políticos do Presidente João Figueiredo, de Leitão de Abreu a Octávio Medeiros, Rubem Ludwig, Ibrahim Abi-Ackel e Nelson Marchezan: não admitem a desindexação ou expurgo de aumentos causados pelo fim dos subsídios na fixação dos índices da correção salarial. Para eles, seriam catastróficos os efeitos sociais, fazendo recair sobre os assalariados a quebra dos vínculos entre a inflação passada e a inflação futura, como desejam os ministros da área econômica e a maioria do empresariado, segundo manifestações claras verificadas na reunião de quinta-feira do Conselho Monetário Nacional.

Nem se fala na reação do Congresso, se o Governo se decidisse a seguir os conselhos do Ministro Delfim Netto. É no centro maior de poder que se verifica o confronto. Mesmo sem a emissão de juízos de valor sobre o que, para uns, torna-se imprescindível, e para outros, inadmissível, há que registrar o confronto.

Da argumentação dos ministros da área econômica e do empresariado representado no CMN, já se deu notícia ontem. Eles entendem que será promover o expurgo ou a desindexação, atingindo a política salarial, ou esperar pelo pior, com a inflação chegando aos 200% antes do fim do ano e a impossibilidade de o Brasil pagar suas dívidas. Prevêem o caos, cuja alternativa estaria em não repassar para os salários os aumentos determinados pelo pacote de anteontem. O elenco de medidas adotadas há dois dias seria, para eles, ineficaz. Não deixa de ser cômico assistir-se os responsáveis pelo pacote, antes mesmo que ele produza efeitos, reclamando de suas limitações. Se o fazem, é para pressionar o governo e obter mais do que obtiveram. Mas evoluem perigosamente, pois se o Presidente se mantiver firme e seguir os conselhos de seus principais auxiliares, não permitirá os expurgos e a desindexação. E quem ficará mal, além do pacote e da economia exangue?

Essa posição dos chefes do Gabinete Civil, do Gabinete Militar e do SNI, bem como do Ministro da Justiça e do líder do PDS na Câmara, entre outras, serviu para que o General João Figueiredo impedisse o anúncio da desindexação ou, mesmo, dos expurgos, junto com o pacote apresentado dois dias atrás ao Conselho Monetário Nacional. O comando econômico aceitou a decisão mas não entregou os pontos, desencadeando verdadeira **blitz** sobre os meios de comunicação e até pondo em dúvida a eficácia do próprio pacote, se não for seguido das novas medidas. O chefe da SEPLAN, antes contrário à desindexação, favorável apenas a um expurgo limitado, acabou formando na mesma linha do ex-ministro Octávio Bulhões e dos empresários presentes à reunião.

Até o momento, e salvo mutações, o Palácio do Planalto resiste, não aceita e não permitirá estrangulamentos na política salarial. Ontem, mesmo, ouviam-se ponderações e críticas à postura de Delfim Netto, Ernane Galvão e Carlos Langoni, por estarem diminuindo os efeitos e a eficiência das medidas adotadas, subordinando-as à desindexação. Em setores econômico-financeiros, porém, acreditava-se na possibilidade de o Presidente ser convencido da inevitabilidade da medida, que com relação aos salários viria através de um apelo e de uma promessa: aquele, para que os assalariados compreendessem a gravidade da questão e aceitassem um novo sacrifício. Esta, de que apenas por seis meses ou um ano valeria a iniciativa, caracterizadamente emergencial.

Não será fácil dobrar os ministros palacianos, tantas as demonstrações que têm dado a respeito da inflexibilidade da política salarial, já expremida ao máximo através dos decretos-leis 2012 e 2024. Porque o pano-de-fundo parlamentar do governo se encontra em pé-de-guerra com a tecnocracia, conforme se verificou na reunião de quarta-feira à noite entre Delfim Netto e as lideranças do PDS e do PTB. Fazer o assalariado pagar a maior parte das contas, mesmo com a contrapartida de sacrifícios impostos aos empresários, seria para

grande parte dos deputados e senadores assinar a própria certidão de óbito. É bom não esquecer que as eleições virão aí, de novo, em 1986. Assim, no que depender do Congresso para promover alterações na política salarial, nada feito, ainda que para expurgar do INPC certos aumentos do custo de vida não seja necessária a participação do Poder Legislativo.

Em suma; e importa seguir adiante caso as posições se mantenham, caracteriza-se o impasse. E suas consequências? Caso malogre o pacote, conforme as previsões do próprio Delfim Netto, pelo menos em alguns meses o Governo voltaria atrás, dispondo-se a aplicar a desindexação e os expurgos? Ou, antes disso, apelaria para uma alteração de fundo no modelo econômico, hipótese que começa a ser ouvida em certos corredores do poder? Para isso, é óbvio, seria necessária uma substituição de pessoas. Mas quem garante que enquanto estiverem em discussão essas alternativas, não sobrevenha o pior, isto é, a desagregação completa da economia?

Apesar de o General João Figueiredo não haver comparecido ao Palácio do Planalto, ontem, foi grande a movimentação por lá. O Ministro Leitão de Abreu recebeu o Deputado Nelson Marchezan, para demorada conversa, onde não cuidaram apenas de questões parlamentares. Os Generais Rubem Ludwig e Octávio Medeiros reuniram-se por muito tempo, tendo estado na sede do Executivo também o Ministro da Justiça. Delfim Netto viajou quinta-feira para São Paulo, mas telefonou ao chefe do Gabinete Civil. O Presidente não foi ao seu gabinete, tendo assistido pela manhã solenidade comemorativa do Dia da Artilharia. Segundo depoimentos, não teve oportunidade de trocar mais do que palavras protocolares com os chefes militares. Na parte da tarde, porém, na Granja do Torto, debruçou-se na análise de relatórios referentes à política econômico-financeira, inclusive os preparados pela comunidade de informações. Se tiver uma atitude nova a tomar, será segunda-feira, na reunião com os chamados ministros da Casa, às nove horas.